

A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL COMO OBSTÁCULO À LIBERDADE

Abraão Pustrelo Damião

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Reinaldo Furlan

Universidade de São Paulo

Resumo: Neste trabalho discutimos como a consolidação do neoliberalismo se fez acompanhar por uma noção de liberdade associada ao individualismo e ao auto desempenho, provocando rupturas significativas na constituição da subjetividade. Para tanto, analisamos como o neoliberalismo encontra-se por trás do estágio atual de “personalização” do eu e das relações, no qual as relações sociais são marcadas pela flexibilização, pela expressão dos desejos e pelo hedonismo. Por fim, buscamos revelar as “armadilhas” dessa nova condição para os indivíduos e a coletividade, bem como demonstrar como a ideia de liberdade neoliberal, tratada em termos exclusivamente individualistas e econômicos, como o princípio máximo a ser resguardado, acabou por se transformar em uma forma inédita de coerção e de gestão do sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Neoliberalismo, subjetividade, coerção, liberdade, sofrimento.

Abstract: In this work we discuss how the consolidation of neoliberalism was accompanied by a notion of freedom associated with individualism and self-performance, causing significant disruptions in the constitution of subjectivity. To this end, we analyze how neoliberalism lies behind the current stage of “personalization” of the self and relationships, in which social relations are marked by flexibility, the expression of desires and hedonism. Finally, we seek to reveal the “traps” of this new condition for individuals and the community, as well as demonstrating how the idea of neoliberal freedom, treated in exclusively individualistic and economic terms, as the maximum principle to be protected, ended up transforming into an unprecedented form of coercion and management of psychological suffering.

Keywords: Neoliberalism, subjectivity, coercion, freedom, suffering.

Introdução: a crise fordista e o “nascimento” de uma nova ordem

Falar sobre a crise do fordismo e o surgimento da ordem neoliberal – que veio a substituir a visão de longo prazo do capitalismo industrial – é um desafio para as ciências sociais, não só pela polimorfia do processo histórico subjacente às transformações que se precipitaram na organização da sociedade capitalista, como também pelas diferenças geográficas e políticas no que

concerne ao alcance dessas mudanças estruturais. No entanto, como pretendemos mostrar, uma certa visão do neoliberalismo, a partir da década de 1980, conquistou hegemonia em termos teóricos e ideológicos, transformando-se, inclusive, em um senso comum econômico e em uma prática política considerada “superior”.

Mas se a ordem neoliberal é polimórfica, ela é também polissêmica. Há uma discussão extensa e controversa, em termos conceituais, sobre a história do neoliberalismo. A significação inicial do conceito, durante a década de 1940, as discussões que suscitou a partir dos anos 1960, as percepções e usos do termo por grupos sociais na década de 1990, com a discussão teórica convertendo-se em uma prática política na qual a sociedade capitalista apresentava-se a si mesmo, e a requalificação conceitual do debate acadêmico nos anos 2000, divergem bastante, como destaca Andrade (2019). Fazemos essa ressalva porque a definição do conceito, sua ligação com determinada escola ou doutrina teórica, não será tratada aqui. Nossa ênfase será na análise dos fenômenos ideológicos, culturais e subjetivos que a prática político-econômica do neoliberalismo trouxe para a sociedade e os indivíduos contemporâneos.

Para introduzir a discussão gostaríamos de apontar que o termo neoliberal foi usado pela primeira vez por Alexander Rustow (1885-1963) durante o Colóquio Walter Lippmann, na França, em 1938, para contrapor-se aos ideais do liberalismo clássico. O encontro que deu origem ao *Comité international d'étude pour le renouveau du libéralisme* (CIERL) não teve grande ressonância acadêmica devido aos entraves impostos pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A dimensão do debate, no entanto, ganhou novo ânimo a partir de 1947, quando houve a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin (1947)¹, na Suíça, por diversos intelectuais² sobre a liderança de Friedrich Hayek (1899-1992).

Anderson (1995) sugere que nesse primeiro momento (décadas de 1930-40-50) o movimento neoliberal foi quase “clandestino”, ficando restrito a poucos intelectuais preocupados em criar um novo campo de debate acerca do papel do Estado na economia que deveria restringir-se a garantir o funcionamento adequado da livre-concorrência, da relevância das políticas econômicas para o desenvolvimento social e dos limites da premissa do *laissez-*

¹ Segundo Franco (et. al. 2021, p. 66), o “manifesto elaborado por essa sociedade segue uma ordem clara: é preciso primeiramente um diagnóstico de época em relação aos valores da sociedade; depois, uma busca para entender por que esses valores estão sendo ameaçados; por fim, são lançadas as linhas de questões a serem exploradas a partir do princípio da liberdade individual”.

² Entre eles: Bertrand de Jouvenel, Karl Popper, Ludwig von Mises e Milton Friedman.

faire. Vale ressaltar que muito mais que a busca por um consenso, a intenção dos “fundadores” do neoliberalismo era ampliar o debate em torno das novas demandas da sociedade capitalista no pós-guerra³, mas sempre “em posição de combate contra os avanços do keynesianismo e do socialismo” (FRANCO, et. al. 2021, p. 62).

Como sugere Harvey (2014), apesar da grande crise do fordismo ocorrer nos anos 1970, já no final da década de 1960 era possível observar os indícios de problemas sérios à sua manutenção. Nos anos 1960 a recuperação pós-guerra da Europa Ocidental e do Japão já tinha se completado e seus mercados internos estavam saturados. Foi também durante o final da década de 1960 que as multinacionais fordistas começaram a se deslocar para os países do “terceiro mundo” (sobretudo Ásia e América Latina) em busca de matéria prima acessível e mão de obra excedente e barata. A partir de então, Japão e Europa e os países terceiro mundistas passaram a contraporem-se à supremacia estadunidense. Essa é uma das razões que fizeram com que os EUA, após 1966, comessem a assistir a uma queda significativa na produtividade e lucratividade de suas empresas, o que levou a uma aceleração da inflação nesse país.

A crise só não foi imediata porque “a demanda efetiva foi compensada nos Estados Unidos pela guerra à pobreza e pela guerra do Vietnã” (HARVEY, 2014, p. 135), e também pela capacidade estadunidense de “imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável” (Ibidem, p. 136). No primeiro caso, o governo americano expandiu o crédito para a população mais carente para incentivar o consumo de bens duráveis e não duráveis, sobretudo aqueles ligados à indústria nacional para manter a produção e os empregos em alta, mesmo às custas de um acréscimo inflacionário. Por outro lado, a Guerra do Vietnã sustentou e manteve ativa a indústria bélica estadunidense, um dos setores econômicos mais importantes desse país. Tudo isso enquanto o dólar se mantinha como a

³ Se havia concordância entre eles sobre as benesses do livre mercado e os entraves do planejamento centralizado da economia, o mesmo não pode ser dito sobre o papel legítimo do Estado nesse processo. Por exemplo, enquanto os adeptos do ordoliberalismo (neoliberais alemães) defendiam o Estado como entidade necessária para criar e sustentar as regras do livre mercado, a Escola Austríaca pressupunha a organização espontânea dos negócios, ao passo que a Escola de Chicago se dobrava às discussões em favor do Estado como garantidor das políticas monetárias e de um *laissez-faire* quase absoluto. O “desmonte” do Estado não ocorreu da mesma forma e na mesma proporção entre os países que adotaram o modelo neoliberal após 1980. A reforma de Thatcher na Inglaterra não foi a mesma de Pinochet no Chile, por exemplo. Tampouco a crítica ao neoliberalismo foi a mesma. Enquanto parte da esquerda denunciava o desmonte do Estado de bem-estar, outros o defendiam por acreditar que esse desmonte libertaria os indivíduos dos sistemas rígidos de subjetivação do capitalismo industrial, sobretudo no que diz respeito ao domínio cultural do Norte sobre as economias em desenvolvimento.

moeda mais forte do mundo, permitindo a entrada de volumosas remessas internacionais ao país através da emissão de títulos da dívida pública.

No entanto, a impressão descontrolada da moeda, apesar de conter a crise de modo artificial não foi capaz de se sustentar por muito tempo. A hiperinflação nos EUA, associada à capacidade ociosa das indústrias fordistas e a diminuição das reservas americanas de ouro, em um contexto de agravamento dos conflitos entre os EUA e a URSS, durante a Guerra Fria, fez com que o dólar passasse a ser questionado como reserva internacional e os EUA contestados como reguladores do sistema financeiro global a ponto de em 1971 o presidente Richard Nixon (1913-1994) findar o acordo de Bretton Woods e acabar com o padrão dólar-ouro⁴, adotando uma política de câmbio flutuante. Para Anderson (1995), o fim do acordo foi a aceitação tácita de que os EUA não poderiam mais garantir o controle fiscal e monetário do mundo (não por acaso os EUA hoje são os maiores devedores do mundo e não credores globais) e que câmbios flutuantes eram mais adequados à nova ordem econômica.

Nesse contexto, a crise do petróleo de 1973 – após o aumento de preços do barril pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e o embargo árabe do “ouro negro” para o ocidente devido a guerra árabe-israelense – e o segundo choque do petróleo, em 1979 – após a Revolução Iraniana (1979) e o início da guerra Irã-Iraque (1980) – acabaram por retirar “o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista” (HARVEY, 2014, p. 140) e, conseqüentemente, a ligação estável entre capital, trabalho e política. Anderson (1995) nos lembra que foi nesse momento que as ideias neoliberais saíram da “clandestinidade” e adentraram os espaços acadêmicos, sobretudo nas universidades norte-americanas, com ênfase nos trabalhos de Milton Friedman (1912-2006).

Nessa conjuntura os Estados passaram a propor novas formas de regulamentação social que “escapassem” dos compromissos rígidos e

⁴ O acordo de Bretton Woods (1944-1971) organizado para repensar a reestruturação capitalista pós-guerra e criar instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) capazes de evitar novas crises econômicas e diminuir a tensão entre os países, após longo período de conflitos e instabilidades mundiais, também havia colocado os EUA como “garantidores” da nova ordem global, especialmente no campo monetário ao criar o padrão dólar-ouro. Esse padrão garantia, para toda comunidade financeira global, que os EUA tinham uma determinada quantidade de ouro estocada para cada nota de dólar impressa. Ou seja, o dinheiro, além de um bem simbólico, tinha seu lastro garantido pelo estoque do material precioso.

duradouros do fordismo, já que as políticas keynesianas – que tinham por base um crescimento estável da renda e do consumo – não eram mais capazes de dar conta de seus objetivos frente a crise fiscal que estrangulava a arrecadação. A passagem da discussão teórica para a prática foi posta em ação a partir das vitórias eleitorais do governo Reagan nos EUA (1980), Pinochet no Chile (1978), Thatcher na Grã-Bretanha (1979), Kohl na Alemanha (1982) e Nakasone no Japão (1982), que marcaram definitivamente “a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo” (Andrade, 2019, p.2012). Esses países foram os primeiros a aplicar o receituário neoliberal dos “remédios amargos” para “tirar o governo das costas da população” e restaurar a “saúde financeira” das contas públicas. Privatização, desregulamentação, redução de impostos e direitos sociais, austeridade fiscal e ênfase na globalização, tornaram-se, nesses locais, as novas práticas da administração pública e sinônimo de virtude governamental.

Nesse cenário geopolítico, os donos do capital exerceram uma força inédita contra os trabalhadores organizados, tanto sindical quanto politicamente, e avançaram (graças a autonomia adquirida) contra as políticas de bem-estar, adotando, para sair da crise, as práticas flexíveis do modelo toyotista, com aumento das jornadas de trabalho – que elevava a mais-valia absoluta – e investimento pesado em inovações tecnológicas e organizacionais – que elevavam a mais-valia relativa através do incremento produtivo. A partir de então regimes de contrato e trabalho com alto grau de rotatividade e as produções em pequenos lotes surgiram como formas de superar a rigidez do fordismo e responder aos desejos gerais do mercado capitalista por meio de uma lógica mais flexível de produção.

A produção por demanda e não mais por escala elevou o ritmo das inovações e “capturou” nichos específicos de mercado. E os estoques volumosos e pesados deixam de fazer sentido, tornando o próprio tempo da produção – base da lucratividade capitalista – mais urgente e, claro, flexível. A nova estrutura ocupacional passou “a valorizar o empreimentismo inovador e ‘esperto’, ajudado e estimulado pelos atavios da tomada de decisões rápidas, eficientes e bem-fundamentadas” (HARVEY, 2014, p. 149).

Newman e Clarke (2012) destacam que esse movimento teve por base ideológica o “gerencialismo” e como efeito prático a “gerencialização” das atividades produtivas que se combinavam para levar a burocratização e a razão

instrumental⁵ a “todos os poros” da administração pública e privada. A eficiência da burocracia e a eficácia do profissionalismo passaram a formar os novos sistemas de poder das empresas de capital aberto e da institucionalidade estatal. O direito de gerir foi entregue aos gestores profissionais e passou, desde então, a ser associado à maximização dos lucros empresariais e ao “enxugamento” da máquina estatal. Metas, avaliações permanentes, cronograma cerrado, treinamento ininterrupto e aquisição de aptidões múltiplas pelo trabalhador, passaram a constituir os arranjos inovadores da governança neoliberal, como destacam Boltanski e Chiapello (2020).

Nesse processo os maiores beneficiários foram as oligarquias financeiras e as empresas multinacionais. Segundo Shleifer e Vishny (1990), ambas se juntaram para realizar os grandes processos de M&A (*Mergers and Acquisitions*), fusões e aquisições, a partir dos anos 1980, e para atuar nos mercados de ações, juros e câmbio em nível global. As oligarquias financeiras tiveram o papel de juntar sob sua tutela e administração grandes montantes de dinheiro tanto privado quanto público (graças a liquidez promovida pelos governos ocidentais nesse momento), através dos fundos de investimentos, para financiar as aquisições, enquanto as multinacionais, mais estruturadas que os pequenos negócios e com mais capital, agiram para adquirir vários negócios e monopolizar⁶ ou diversificar⁷ suas produções. Harvey (2014, p. 152) nos assegura que esse processo teve um duplo efeito: por um lado formou e criou “corretores financeiros de extraordinário poder global”; e, por outro, permitiu “uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos”.

Apoiado na onda de fusões e aquisições das empresas globais o sistema financeiro mundial conseguiu consolidar-se como alternativa à

⁵ Nas palavras de Taylor (2011, p.14), “o tipo de racionalidade em que nos baseamos ao calcular a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. Eficiência máxima, a melhor relação custo-benefício, é sua medida de sucesso”.

⁶ Alguns exemplos de aquisições e fusões que visavam monopolizar o mercado nesse momento são: no ramo das comunicações, a compra da Time Inc. pela Warner Communications (1989) e a compra da Columbia Pictures pela Sony (1989); no ramo de petróleo e gás, a compra da Gulf Oil pela Standard Oil of California (1984), a compra da Getty Oil pela Texaco (1984), a compra da Standard Oil of Ohio pela britânica BP (1984); e, no ramo farmacêutico, a compra da SmithKline Beckman pela Beecham Group (1989).

⁷ Alguns exemplos de aquisições e fusões que visavam diversificar a produção nesse momento são: a compra pelo fundo de investimentos Kohlberg Kravis Roberts da empresa de tabaco e comida RJR Nabisco e da empresa de alimentos processados Beatrice Companies (1989), a compra da gigante alimentícia Kraft Foods pela empresa tabagista Philip Morris da (1988), e a compra da General Motors da empresa de produtos de aviação Hughes Aircraft Company (1985).

expansão do capital, especialmente porque, apesar da liquidez e do endividamento inerente à financeirização da economia, o sistema financeiro conseguiu escapar do controle coletivo. Isso significa que, com a complacência dos governos neoliberais, o sistema financeiro atingiu a tão desejada autonomia diante da produção real, já que a financeirização da economia significava justamente a obtenção de lucros que não viessem necessariamente da produção de bens e serviços, mas da especulação (via mercados futuros e expectativas de crescimento), das taxas de juros e da flutuação das moedas.

Nas palavras de (HARVEY, 2014, p. 152),

a formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito.

Não por acaso, esse movimento foi o passo inicial necessário para a ascensão de um forte sistema fiduciário que emergiu como condição (solução) indispensável para superar a austeridade geral, bem como a crise temporal, espacial e mesmo política em que o fordismo caiu no final da década de 70 e início dos anos 1980.

Lembramos, contudo, que o neoliberalismo – que iniciou o desmonte da visão de longo prazo do fordismo, através dos processos de flexibilização, do urgentismo produtivo, da reestruturação dos serviços, do rentismo, da emergência de novos mercados e de parâmetros excessivos de inovação comercial e tecnológica – só se tornou hegemônico graças à atuação política das entidades que legislavam em seu favor. Entidades que adquiriam autoridade supranacional para negociarem em nome dos países capitalistas avançados e para pressionar a abertura das fronteiras nacionais em nome da globalização dos mercados e da internacionalização da ideologia (que veio a tornar-se hegemônica) do neoliberalismo.

Nesse cenário histórico ou geohistórico, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC), os fundos globais de investimento e as corporações transnacionais passaram a pressionar os “Estados nacionais a promover reformas políticas, econômicas e socioculturais, envolvendo amplamente instituições jurídico-políticas destinadas a favorecer a nova dinâmica das forças produtivas e das relações capitalistas de produção” (IANNI, 1999, p. 129). Para que os países subdesenvolvidos “entrassem no jogo” e suas burguesias se

integrassem à nova burguesia internacional – por meio da junção direta de empresas ou do mercado financeiro, que levava ao fluxo permanente de capitais, tanto setorial quanto espacial, das sociedades anônimas de capital aberto –, passou a ser exigido deles uma gama de medidas econômicas condizentes com a visão neoliberal. E para escapar de surpresas políticas, que poderiam gerar a saída dos países desse receituário, também lhes foram impostas regras políticas, jurídicas e comerciais, concernentes ao neoliberalismo.

Esse movimento pode ser percebido, a partir dos anos 1980, com a elevação mundial de políticas estatais que buscavam formas de promover a desestabilização e a desregulamentação econômica dos Estados nacionais e a abertura de seus mercados para, por um lado, facilitar as negociações e associações de corporações transnacionais com empresas nacionais e, por outro, promover a privatização de empresas produtivas estatais, sistemas de saúde, educação, previdência, etc. Com isso, a maioria dos países ocidentais passaram a incentivar economias de importação, estimulando a internacionalização de seus mercados. Os governos de Menem na Argentina (1989-1999), Fujimori no Peru (1990-2000), Salinas no México (1988-1994) e FHC (1994-2001) no Brasil; exemplificam bem esse processo.

Nesse momento, Rosenmann (2015, p.3) afirma que, na América Latina, os “serviços essenciais como saúde, educação e moradia tiveram seus recursos reduzidos ou privatizados (...). Tudo isso somado a índices de pobreza que superavam os 44% para o conjunto da região”, enquanto as agências estatais mais diretamente vinculadas ao mercado – Banco Central, Ministério da Fazenda, Secretaria de Finanças etc. – ganhavam força. Ibarra (2011, p. 246) demonstra que os governos latinos passaram a aceitar a ideia de que as garantias sociais modernas (seguro-desemprego, acesso generalizado aos serviços de saúde, renda mínima garantida) eram inimigas “da competitividade, da disciplina do trabalho ou dos mecanismos redutores dos recursos investíveis”; eram, inclusive, medidas populistas que não poderiam ser garantidas pelo poder público.

Como lembra Ianni (1999, p. 131), isso ocasionou, como nunca antes, uma “crescente e generalizada dissociação entre Estado e Sociedade Civil” e colocou, através de discursos e práticas políticas, a própria estrutura estatal a serviço da desregulamentação, o que possibilitou a sedimentação de uma ordem definida principalmente em termos econômicos, reduzindo, assim, a própria democracia a uma diminuição progressiva do Estado ou a uma perda da importância dele sobre os assuntos políticos e sociais. É como se as relações neoliberais existissem em qualquer contexto em que a noção de livre

mercado prevalecesse. Com isso, as normas e as seduções do mercado se sobressaem ante os interesses e regulamentações coletivos.

Contudo, a sutileza da estratégia neoliberal é que ela não deseja o fim dos Estados nacionais, no fundo, almeja que eles se tornem débeis. Fracos a tal ponto que apenas algumas tarefas que executam sejam mantidas de pé. Nesse caso específico, os interesses econômicos dependem das instituições jurídicas (do seu monopólio da violência estatal) para garantir que a exploração e a expansão do capital ocorram sem muitos incômodos, especialmente os decorrentes daqueles que estão sendo excluídos do processo – via desemprego, achatamento da renda ou perda de direitos. Precisamos notar, portanto, que a agenda neoliberal não causa (não quer) o desaparecimento do Estado, mas uma re significação de seu papel.

Com a discussão empreendida até aqui, gostaríamos de enfatizar que a ascensão do neoliberalismo conseguiu, por meio de ações institucionais, impor um sistema econômico e social quase intransponível a partir da mundialização dos mercados, e, ao mesmo tempo, os ideólogos dessa visão lograram que suas ideias fossem aceitas como sinônimo de “saúde governamental” e, portanto, que fossem postas em prática pela maioria dos países ocidentais após a década de 1980. Em termos comparativos, se a visão de longo prazo do fordismo tinha como meta (ou ao menos acreditava ser capaz de) extinguir (quase) todos os problemas decorrentes da luta de classes através da ligação forte entre trabalho, capital e política, oferecendo um modelo de sociedade racionalmente organizada, sem conflitos ou disputas violentas pela subsistência, o que observamos, ao longo das últimas décadas, é justamente uma tendência oposta. Ao acomodar os pressupostos do modo de produção capitalista para fazer valer uma nova dinâmica de acumulação que nada tem a ver com os paradigmas fordistas, o neoliberalismo reconfigurou o papel social da política, redesenhou as relações entre capital e trabalho e, principalmente, concebeu novas noções de liberdade, autonomia e autenticidade⁸ que constituem o “pano de fundo” para formação da subjetividade contemporânea.

⁸ Antes de concluir esta seção é importante destacar que este trabalho não se propõe a fazer uma investigação econômica profunda desse processo. Nesse sentido, eventos que marcam (ou estão marcando) época e elementos estruturais do modo de produção capitalista contemporâneo não foram abordados. Por exemplo, não discutimos a ascensão chinesa, os novos rearranjos dos BRICS para articular o interesse dos países em desenvolvimento, tampouco salientamos os efeitos da crise de 2008 ou a ascensão de governos antiglobalização em várias partes do mundo. Isso, no entanto, não invalida o esforço de demonstrar o movimento histórico de constituição do capitalismo, apenas alerta que outras determinações estão em “jogo” e precisam ser acrescentadas e analisadas a partir da perspectiva contemporânea de interpretação.

O excesso como paradigma e a liberdade como coerção

Para consolidar-se como organização produtiva, a política neoliberal reconfigurou as noções de liberdade, autonomia e autenticidade.

Em uma fórmula rápida: se o sofrimento no liberalismo e no capitalismo industrial de produção era por privação, ou seja, dava-se no conflito entre as normas sociais vigentes e os desejos impedidos do sujeito, o sofrimento no neoliberalismo e no capitalismo de consumo pode ser melhor entendido na dinâmica do gozo, em que a questão não é a da adequação a normas sociais postas, mas a da autossuperação dos limites do sujeito a todo momento (NEVES et. al. 2021, p. 147).

De fato, uma fórmula rápida para o espírito do capitalismo⁹ na era industrial, pois não podemos esquecer o caráter excludente e a exploração do trabalho que acompanham a história do capitalismo, agudizados, sobretudo, nos países periféricos do sistema, que impõem a privação de bens essenciais à vida a grande parte de suas populações.

Do ponto de vista psicológico, o indivíduo do capitalismo pesado – forjado sob os auspícios do positivismo-democrático e do liberalismo-disciplinar – estava submetido ao controle rigoroso do seu comportamento, na medida da sua assimilação dos padrões culturais impostos pela sociedade. Ele se constringia pelos princípios autoimpostos de beleza, moral, ordem e regulamentação que, como resultado, implicavam na renúncia de parte da sua liberdade e de suas pulsões em favor da segurança existencial. Essa renúncia, contudo, não era isenta de sofrimento. A neurose, como nos alerta Freud (2020), era um dos efeitos colaterais que o indivíduo exprimia por não tolerar o nível de renúncia que a sociedade lhe impunha.

Na “sociedade das normas” – em que se cruzava, de acordo com uma articulação paralela, a norma da disciplina e a norma da regulamentação – o (auto)controle emergia como valor primordial, pois um sujeito verdadeiramente disciplinado precisava, antes de tudo, ser responsável, informado e atento às coisas do mundo; precisava se submeter à coação negativa do superego e restringir seus impulsos de liberdade e “autenticidade”; precisava deixar de lado seus desejos egoístas (narcísicos) em nome de um

⁹ Na acepção weberiana, uma combinação complexa de valores culturais, éticos e religiosos que animam a mentalidade e o comportamento dos indivíduos na sociedade capitalista em relação ao trabalho, ao lucro e ao desenvolvimento econômico (WEBER, 2006).

altruísmo coletivo (FREUD, 2011 e 2020). O aparato psíquico da era fordista, assim, “era dominado pelo medo e a angústia frente à transgressão” (HAN, 2019b, p. 80).

Além disso, como destaca Arendt (2007), em uma sociedade que se estruturava à luz do capitalismo industrial, para obter sucesso o indivíduo tinha que tornar-se rigoroso e metódico, para tomar as melhores decisões. Precisava internalizar mandamentos e proibições, aceitar a negatividade dos impedimentos e, nas palavras de Norbert Elias (1994), “formar uma parede invisível para suas emoções”. Em termos mais amplos, essa tendência revelou-se na extensa rede burocrática que acompanhou esse processo, criando relações públicas/socais protocolares, previsíveis e impessoais.

Ao refletir sobre essa condição, H. Arendt (2007, p.335) nos assegura que na sociedade do capitalismo pesado a “única decisão ativa do indivíduo era deixar-se levar, por assim dizer, abandonar sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e “tranquilizada”. Esse princípio de rígido controle das pulsões é resultado da disseminação do poder disciplinar dos macroespaços institucionais para os microespaços da vida social, sujeitando os indivíduos às exigências da normatização através da internalização das práticas disciplinares a eles imposta (FOUCAULT, 2020). Não é por acaso que, em termos de economia libidinal, os indivíduos socializados dentro dos parâmetros disciplinares tendiam à compulsão pela repetição e pelo conservadorismo da vida psíquica, que se materializavam na habitualidade e na previsibilidade das ações prognosticáveis do cotidiano (FREUD, 2011).

A diferença da economia psíquica dos indivíduos entre o espírito do capitalismo industrial e o neoliberal foi caracterizada Bauman (2003) por meio da dicotomia entre liberdade e segurança, uma vez que, segundo este autor, acompanhando Freud, “não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade; mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na quantidade que quisermos” (BAUMAN, 2003, p. 11).

De todo modo, Stuart Hall (2015, p. 10) destaca que a habitualidade e a previsibilidade do capitalismo industrial permitiam aos indivíduos “ligarem-se” à estrutura social, “estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitavam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.

Anthony Giddens (1991) assegura que as relações encaixadas (em que as causas prenunciáveis predominavam sobre as consequências da ação) do industrialismo toleravam essa continuidade da vida psíquica através da síntese do eu-interior com o exterior, na medida em que sustentavam identidades

culturais duradouras que aceitavam alinhar os sentimentos subjetivos com os parâmetros objetivos da realidade social. Previsibilidade e habitualidade, assim, compunham, mútua e paralelamente, um horizonte existencial estável e longo.

Mas essa constância da vida só fora possível dentro da lógica capitalista, porque a sociedade industrial, à moda de Taylor e Ford, pressupunha uma visão de longo prazo em que trabalhadores, empresários e Estado estavam reciprocamente associados em prol de um objetivo comum: o desenvolvimento econômico. Obviamente que esse objetivo favorecia uma classe em detrimento à outra, no entanto, esse favorecimento não era visto como algo essencialmente ruim, à medida em que os trabalhadores viam nas políticas de bem-estar promovidas pelo poder público, na estabilidade do emprego e no aumento de seus salários aspectos positivos (HARVEY, 2014).

Como destaca Sennet (2019) a vida em torno da fábrica era carregada de segurança. Ela era acompanhada de uma carga emocional positiva, como se o ideal de comunidade ainda pudesse ser mantido mesmo em um mundo em permanente expansão. O trabalhador sabia que ao sair pelos portões da fábrica após um dia de trabalho, seu emprego, sua rotina, seu sustento, seus amigos estariam ali no dia seguinte. E nos países em que o Estado de bem-estar social se implantou, o trabalhador sabia que mesmo que ele viesse a perder o emprego, ele teria uma rede de apoio para o seu sustento e dos seus entes queridos, e, se ele se esforçasse, logo poderia ser readmitido em outra comunidade. Esse senso de continuidade e estabilidade das coisas, mostrava-se extremamente vantajoso em termos psíquicos, tanto para os trabalhadores quanto para os donos das fábricas. Para estes o bem-estar no trabalho era um antídoto antirrevolucionário poderoso, como o próprio Ford admitiu, e para aqueles era a garantia de que sua situação material e existencial estava garantida.

Essa confiança de que o caminho escolhido era benéfico para todos, no entanto sucumbiu após a adoção do modelo neoliberal e da globalização financeira. O neoliberalismo, ao reestruturar os paradigmas da previsibilidade e da continuidade do fordismo, “arremessou” os indivíduos em um contexto de contingências e de inovações permanentes. Ao inaugurar uma era cuja função principal é estimular os serviços e o consumo através de técnicas inovadoras de sedução, através da dissolução das fronteiras e em nome da acumulação flexível, o neoliberalismo “sepultou” a habitualidade da rotina – essa fonte importante da segurança existencial que tornava o viver cotidiano pouco ou quase nada questionável – e expôs os indivíduos a um universo aberto e livre das restrições e dos hábitos duradouros do industrialismo. Atualmente,

portanto, “a grande história de uma vida não pode mais ser contada por meio de uma grande narrativa ascensional, mas de vários encontros, circunstâncias ou viradas, o sofrimento se torna mais individual e não precisa mais de uma grande narrativa organizadora” (DUNKER, 2021, p. 183).

Ao afirmar que todos estamos participando, nas palavras de Giddens (1991, p. 29), de “uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência”, os agentes do neoliberalismo “vendem” a ideia de que essa estrutura é boa em si. É o remédio contra todas as amarras tradicionais, comunitárias, nacionais, trabalhistas, políticas e culturais que poderiam impedir o indivíduo de exercer sua liberdade plena, seu ubíquo desejo de ser o que quiser, onde e nas condições que escolher. Isso ocorre porque o neoliberalismo dá um novo sentido à autonomia individual (a capacidade do indivíduo de determinar-se pelos próprios meios). Aquela autonomia baseada na racionalidade coletiva do fordismo, sustentada pela premissa de que não somos autossuficientes e de que o bem-estar coletivo passa pelo reconhecimento público das desigualdades e das diferenças dos diversos grupos sociais, é substituída por uma lógica hedonista da autonomia. Um tipo de autonomia que privilegia a singularidade subjetiva e o sujeito único (autêntico por ser diferente).

A característica primordial da autonomia neoliberal consiste em dar lugar a “novos valores que visam permitir o livre desenvolvimento da personalidade íntima, legitimar a fruição, reconhecer os pedidos singulares, e modular as instituições de acordo com as aspirações dos indivíduos” (LIPOVETSKY, 2013, p. 28).

Mas essa condição só se sustenta pois “na noção neoliberal de autonomia (...) está implícito um modelo preciso de sujeito, a saber, aquele de um indivíduo independente dos outros, não submetido a norma alguma e, como tal, sempre pensado em uma relação de exclusão mútua com o outro” (Silva, et. al., 2021, p. 82). O altruísmo e a empatia – a capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de desejar o que ela deseja, de se alegrar com o que faz dela feliz ou de se doar com o que lhe causa sofrimento –, perdem seu valor em si, e passam a ser assumidos na perspectiva do desenvolvimento individual na lógica do mercado. Como destacam Boltanski e Chiapello (2020), ao analisarem os textos de gestão empresarial que emergem nos anos 1990, o “líder” ou os “líderes” dos projetos gerenciais das empresas devem ser empáticos e compreensivos àqueles sob sua coordenação, disposição e atitude que passam a ser cruciais para o sucesso do projeto no capitalismo atual, que requer o engajamento pessoal e emocional de todos os envolvidos. A questão, portanto, é que a própria empatia e altruísmo, nesse

caso, são instrumentalizados em nome do “sucesso” de um projeto econômico e não em favor do bem-estar dos envolvidos, no sentido pleno do termo.

Ao erigir a autonomia individualista (que não pode ser confundida com a preservação da individualidade) a um patamar outrora inimaginável, a lógica neoliberal sugere que podemos viver livres e sem coação externa para escolher sem restrições o nosso modo de existência, sem levar em consideração as determinações exteriores ou os problemas alheios para essa realização. Ela faz crer, assim, que o indivíduo deve suportar o “mínimo possível de coação e o máximo possível de opções, com o mínimo de austeridade e o máximo de desejo, com o mínimo de constrangimento e o máximo de compreensão” (LIPOVETSKY, *op. cit.*, p. 27). Essa condição, no entanto, carrega a ideia equivocada de que a identidade depende unicamente de um esforço autêntico de autodefinição. E cria um horizonte existencial no qual o indivíduo associa sua felicidade ou seu bem-estar à construção de uma identidade autêntica que só pode realizar-se se for diferente e original. Nestas circunstâncias o próprio funcionamento do mundo é visto como algo que emana da vontade individual, como se as relações interpessoais não fossem a base para a construção das identidades particulares (TAYLOR, 2011). No entanto, Hardt e Negri (2014, p. 67) nos lembram o porquê de não podermos ser nós mesmos independentes dos outros: “porque, mesmo se houvesse alguma natureza humana original ou primordial a ser externada, não há motivo para acreditar que ela promoveria relações sociais e políticas livres, iguais e democráticas. A organização política sempre requer a produção de subjetividades”.

A armadilha para o bem comum dessa condição, como sugere Taylor (2011), é que a autenticidade passa a ser vista como um fim em si mesmo, como se a afirmação da originalidade fosse intrínseca ao existir e que os discursos e ações só seriam válidos se “tocassem o coração do sujeito” em sua particularidade. A

construção dialógica do existir”, assim, perde sua essência em nome e a favor de um atomismo social que “vislumbra a sociedade como um agregado de indivíduos a serviço de objetivos individuais, atribuindo aos direitos individuais uma posição de primazia frente a qualquer princípio de pertença ou obrigação social (Silveira, et. al. 2012, p. 20).

O lado sombrio desse movimento é que ele gera um self pontual, “desvinculado de qualquer contexto social específico e preocupado apenas com a realização de seu plano de vida, descurando de possíveis objetivos

socialmente construídos” (TAYLOR, 2011, p. 11), o que, no fundo, “restringe nossa vida, tornando-a mais pobre em significado e menos preocupada com os outros ou com a sociedade” (*Ibidem*, p. 14).

Em termos epistemológicos e políticos, o voltar-se para si e os excessos da “interioridade” contribuem para o desencajamento da razão, por um lado, e do indivíduo preocupado com a política, por outro.

A razão como elemento mais importante do projeto moderno, concebida como parte da constituição humana que nos permitiria conhecer verdadeiramente o mundo e, com isso, nos retirar do obscurantismo que nos impedia de compreender a natureza (inclusive a humana) e os processos cognitivos (por meio do vínculo entre pensamento e objeto), e com isso transformar o mundo para a realização da felicidade humana, resume-se atualmente a uma razão instrumental perigosa, pois está a serviço sobretudo da reprodução do capital, sem outro valor racional para guia-la. Se os malefícios da razão instrumental já eram apontados desde o final do século XIX, até a “morte” do fordismo essa razão ainda servia a um projeto mais ou menos coletivo. Mesmo que carregado de injustiças e exclusões, a razão aplicada ao desenvolvimento do capitalismo servia para dar um rumo a civilização, estava a serviço de uma ordem e de uma lógica de poder política definidas. Atualmente, ao contrário, a razão egoísta opera para ordenar a produção, o mercado e o pensamento individual em nome de cálculos utilitaristas meramente privados para mensurar as relações de custo-benefício que suas ações requerem para o “sucesso” particular.

Esse desinteresse por valores e objetivos mais elevados, que derivam dessa visão distorcida de autenticidade, tem como efeito um desinteresse pela política como atividade racional com a finalidade de construir objetivos sociais comuns – já que o indivíduo não se sente parte de uma “ordem maior” que possa dar sentido ou propósito às atividades da vida social. Com isso, os indivíduos “preferem ficar em casa e desfrutar as satisfações da vida privada, contanto que o governo vigente produza os meios para tais satisfações e os distribua abertamente” (TAYLOR, 2011, p. 18). Essa posição, obviamente, não incentiva a participação democrática, pois pressupõe exclusão do debate público e não a inclusão.

Preocupados com prazeres “pequenos” e “fugazes”, sem aspirações para além do conforto consumista, discípulos de uma política relativista, defensores de uma autonomia associada à liberdade de agir economicamente, sujeitos à expressão máxima da subjetivação do gosto, os indivíduos neoliberais querem viver, nas palavras de Lipovetsky (2013), na moda. Para o autor a moda apresenta-se como o tipo ideal do hedonismo contemporâneo,

pois “é com a extensão da lógica da moda ao conjunto do corpo social (quando a sociedade inteira se reestrutura segundo a lógica da sedução, da renovação permanente e da diferenciação marginal) que emerge o mundo contemporâneo” (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004, p. 19); um mundo que impõe a livre escolha e a espetacularização como entidades normativas, ao mesmo tempo em que denigre, difama e rechaça tudo aquilo que deixa para trás em nome de tudo aquilo que seja “novo” ou “inédito”. Isso porque “o imperativo da moda não é narrar ou fazer sonhar, mas mudar, mudar por mudar, e a moda só existe através desse processo de desclassificação incessante das formas” (LIPOVETSKY, 2013, p. 213).

A “sociedade moda”, subsidiada pela lógica da sedução e da efemeridade, põe fim, assim, à lógica do planejamento a longo prazo do capitalismo fordista a favor do hiperpresentismo do hiperconsumo e da comunicação privada. “Ao permear setores cada vez mais amplos da vida coletiva, a forma-moda generalizada instituiu o eixo do presente como temporalidade socialmente prevalecte” (LIPOVETSKY, 2013, p. 60). A forma-moda traz um desejo incessante por novidade, num “presente que substitui a ação coletiva pelas felicidades privadas, a tradição pelo movimento, as esperanças do futuro pelo êxtase do presente sempre novo” (*Ibidem*, p. 61). Com isso, “nasce uma cultura hedonista e psicologista que incita a satisfação imediata das necessidades, estimula a urgência dos prazeres, enaltece o florescimento pessoal, coloca no pedestal o paraíso do bem-estar, do conforto e do lazer” (*Ibidem*).

Uma das sequelas psíquicas de um contexto como esse é a “indiferença pura”: um sentimento de angústia e pessimismo que acompanha – de forma velada ou notória – o excesso de estímulos. A indiferença emerge como mecanismo de defesa frente à incapacidade do indivíduo de lidar com dispositivos tão abertos e plurais de sedução, e preocupar-se demais é uma condição que não pode ser imposta ao individualismo personalizado e hedonista, pois se assim o fosse “deslegitimaria” o narcisismo consagrado da sociedade neoliberal, atrelado à “deserção generalizada dos valores e finalidades sociais, implicada pelo processo de personalização” (*Ibidem*, p. 33).

Aqui cabe uma observação importante. Freud (2013, p. 89) nos alerta que “a organização narcísica jamais será abandonada inteiramente. O ser humano continua narcísico em certa medida, mesmo depois de encontrar objetos externos para sua libido”. O narcisismo, inclusive, apresenta instintos de autopreservação que são importantes para o indivíduo. O problema é que a condição neoliberal elege o narcisismo como um em si mesmo, atrelado a satisfações hedonistas.

Essa crença, contudo, não pode ser a verdadeira motivação para o indivíduo agir, pois, como destaca Freud (2013b, p. 132), a existência satisfatória depende de Eros – da ligação afetiva com o outro –, que diminui os impulsos narcísicos e a agressividade em nome da coexistência afetiva e da identificação entre os sujeitos sociais¹⁰. Isso significa que a “pessoa se priva de muitas coisas para que as outras também tenham de renunciar a elas, ou, o que vem a ser a mesma coisa, para que não possam exigir-las. Essa exigência de igualdade é a raiz da consciência moral social e do sentimento de dever” (*Ibidem*, p. 126-7).

Nesse sentido, podemos dizer que a concepção de liberalidade neoliberal vem acompanhada do sentido de fragmentação, ruptura, deslocamento e descontinuidade como características comuns e balizadoras da vida contemporânea. Isso porque, por um lado, a lógica neoliberal se limita ao campo de uma razão instrumental que não pressupõe um mundo teorizável para além de uma visão pontual, pragmática e utilitarista dos fatos; por outro, o individualismo hedonista dificulta a elaboração de consensos sócio-políticos ou culturais, na medida em que anuncia o desaparecimento de autoridades legítimas ou de discursos abrangentes capazes de apoiar uma nova narrativa da condição humana.

O que precisamos notar, também, é que a liberdade propalada pelo neoliberalismo não fez desaparecer toda forma de coerção sobre o indivíduo, tampouco criou um mundo ideal isento de conflitos e sem dominação. Ao contrário, Han (2018, p. 11) nos assegura que “o neoliberalismo é um sistema muito eficiente (...) na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas e às formas de expressão da liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado”. Há, portanto, novas técnicas de poder e coerção operando no cenário neoliberal que são diferentes daquelas da sociedade fordista, baseada no poder disciplinar e mesmo na biopolítica, em geral de forma dissimulada (FOUCAULT, 2020). Isso não significa que o poder disciplinar desapareceu ou que a biopolítica tenha deixado de existir, “mas antes ela se encontra embutida na autonomia que, hoje em dia, lhe é superior em valor” (EHRENBERG, 2004, p. 147).

Lipovetsky (2013) sugere que as técnicas de coerção neoliberal “entraram em jogo” no momento em que se deslocaram para o âmbito do que ele chama de “comunicação”. A comunicação neoliberal projeta-se como autônoma à organização social. Nesse sentido, ao contrário da trama cerrada

¹⁰ Nas palavras do autor: “o amor restringe o narcisismo, e poderíamos demonstrar como ele se transformou em fator cultural por meio desse efeito” (*Ibidem*).

dos discursos, a comunicação neoliberal vale-se de técnicas ecléticas e fragmentadas para levar o relativismo conceitual ao extremo e deslegitimar toda sistematicidade da linguagem. Tudo isso a partir de um pano de fundo mais amplo e plasmado do que aquele do capitalismo industrial, pois se dispõe dentro de uma rede global de fluxo de pessoas, instituições, mercados e ideias, o que permite a comunicação neoliberal aumentar sua potencialidade. Com isso, sob o manto do versátil, multifacetado e heterogêneo lema da liberdade, a comunicação neoliberal busca desconectar qualquer relação entre poder-saber, entre ação e sujeição. Sua meta-propósito é corroer todo arranjo de ideias que se pretenda duradouro ou de longo prazo.

A coerção neoliberal é dominada, portanto, pela positividade. A ênfase no sim é que dá o tom da mensagem. Afável e discreta, essa estratégia passa a impressão de que não oprime a liberdade e a autonomia. Sem repressão ou destruição, ela conjuga a ideia de que liberdade e sujeição coincidem. Seu verdadeiro mérito está na comunicação construtiva, no acordo tácito de que agir (sob dominação) é produzir/criar, é adicionar e acrescentar, nunca diminuir ou cessar. Com isso, ao poder coercitivo, punitivo e excludente, o neoliberalismo acrescenta o poder permissivo que, agindo silenciosamente, faz com que o subordinado interiorize o espírito que anima a lógica neoliberal sem perceber. O “eu devo” cede lugar ao “eu quero”. É como se sem manifestar o poder, a lógica dominante invadissem a alma do dominado. A potência do poder neoliberal deriva, então, da percepção de sua ausência.

Essa tática mostra-se muito mais eficaz do que aquela baseada em um controle rigoroso dos corpos e dos movimentos, como imaginava Taylor, pois não encontra resistência nem mesmo na ação individual e funciona, no fundo, como propulsora da própria reprodução do capital sob a roupagem da livre concorrência e da meritocracia. Incapaz de examinar, analisar e controlar as determinações externas à sua condição, o indivíduo substitui as coerções externas por coerções internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização. A defesa da liberdade serve, na verdade, para a exploração máxima do sujeito, que mantém intacta as causas do mal-estar contemporâneo.

Ehrenberg (2016), ao refletir sobre o tema, aponta que o poder neoliberal opera por meio de uma coação autogerada que se apresenta através da ideia de que cada indivíduo é um empreendedor de si mesmo – que se esboça e se reinventa incessantemente. A autocoação emerge, então, quando o indivíduo passa a acreditar que cabe unicamente a ele fazer-se a si mesmo a partir de seus próprios esforços. Como se sua condição existencial dependesse exclusivamente de suas vontades e das estratégias que só ele pode promover para realizá-las. Em razão disso, o empreendedor de si revela uma inspiração

ideológico-cultural de um “estilo de vida” e um “estado de espírito” associados à competição e ao jogo. Mas não uma competição que pressuponha colaboração ou atitude coletiva, mas sim um “sistema de condutas de si” (Ibidem, p.18) para obtenção e aprimoramento contínuo das próprias competências, tidas como indispensáveis ao sucesso pessoal.

O problema é que “sem um interesse verdadeiro pelo tecido subjetivo que singulariza a especificidade da pessoa, a natureza do animal humano que vive em sociedade” (EHRENBERG, 2004, p. 148), o que resta ao empreendedor de si é jogar até se esgotar. Sem regras externas que definam o resultado final, ele cumpre com suas obrigações de atualização, otimização e desempenho, em nome do sucesso e do reconhecimento próprios, em detrimento aos danos sociais que pode deixar pelo caminho.

Operando de tal maneira, a poder neoliberal (pós-industrial, imaterial e em rede), apresenta uma astúcia inimaginável na era do capitalismo pesado das fábricas, pois escamoteia (mesmo que mais ideologicamente do que de fato) a luta de classes, a oposição dos agentes antagônicos, em nome da dissimulada ilusão de que só depende do indivíduo, enquanto projeto que se esboça livremente, atingir o objetivo de suas potencialidades. Ao captar o desejo ubíquo da realização pessoal e associá-lo à crença que o mundo é cada vez mais abundante de opções, estilos e aberto a todas as possibilidades existenciais, o poder neoliberal utiliza-se da ideologia da liberdade e da autenticidade para direcionar os anseios subjetivos para o acúmulo de capital a partir da defesa de uma autoprodução ilimitada do indivíduo. Com isso, reprime as tensões sociais de classe ao individualizá-las, e estabiliza o sistema econômico-político de maneira sem precedentes. Joga toda culpa pelo fracasso no indivíduo e não no sistema, e faz o “fracassado” dirigir sua agressão a si mesmo e não às causas sociais que levam à sua infelicidade.

É nesse sentido que, segundo Neves et. al. (2021, p. 165), no neoliberalismo “o desejo mesmo dos sujeitos está codificado no *modus operandi* do sistema econômico, que se beneficia de todos os rasgos da autossuperação desses sujeitos”.

Dito de outra forma, é na multiplicação e dispersão de conteúdos e imagens nas comunicações como atrativos de realização – que se acumulam e buscam agradar a todos – que o poder neoliberal “contamina” a coletividade com o estímulo a comportamentos individualistas e a impressão de que não há outra realidade econômica possível, senão esta que está dada. Isso ocorre porque o fundamento do poder neoliberal abarca uma lógica paradoxal que, por um lado, valoriza a autonomia individual e, por outro, amplia o sentido de desobrigação social por parte do indivíduo ou do Estado de bem-estar social.

Isso revela-se de modo mais claro quando notamos que, em condições neoliberais, o indivíduo está rotineiramente oscilando momentos de euforia e depressão. A situação de euforia, que hoje parece fazer parte da normalidade do trabalho nas empresas, era diagnosticada na psicopatologia clássica como mania:

(...) a confiança, a exaltação e a energia que caracterizam o início de um episódio maníaco, parecem estar perfeitamente no ritmo das injunções que são aquelas, hoje, do mundo dos negócios, de sucesso, de produtividade e de desenvolvimento total (...). Os traços com os quais a psiquiatria clássica descrevia o ataque maníaco estão tomando-se os sinais de um bom desenvolvimento pessoal (LEADER, *apud* GAULEJAC e HANIQUE, p. 203-204).

Correlativamente, os diagnósticos de transtorno bipolar não pararam de crescer nas últimas décadas, de modo que a nova nosografia psiquiátrica parece expressar as condições e injunções do novo mundo do trabalho, que exige um engajamento pessoal intenso nos projetos da empresa, cuja cobrança desencadeia, naturalmente, sintomas de estresse e, por fim, o estado de depressão, expressão do esgotamento do indivíduo diante de uma vida que lhe parece sem sentido.

O neoliberalismo e a relação com a clínica contemporânea

Não é uma casualidade, portanto, que desde a década de 1980 “as próprias técnicas clínicas de intervenção terapêutica começaram por obedecer, de forma cada vez mais evidente, a padrões de avaliação e de gerenciamento de conflitos vindos do universo da administração de empresas” (SAFATLE, 2021, p. 31). Essas técnicas atuam de tal modo que não trabalham mais a partir de uma “patologia do conflito – que coloca em cena o desejo – mas dão ênfase a uma patologia da insuficiência – que coloca em jogo a questão da ação” (EHRENBERG, 2004, p. 147). Uma mudança significativa, já que, enquanto as práticas psicanalíticas demonstravam as contradições e os conflitos que se davam entre os desejos individuais e as instituições sociais para entender o sofrimento psíquico, as terapias da insuficiência não enxergam as contradições do sistema social ou dos conflitos do sujeito desejante com o mundo a sua volta; elas partem, pelo contrário, da premissa de que o sujeito, assim como a empresa, precisam saber agir de forma estratégica, impessoal e de forma

utilitarista para a obtenção dos seus fins. “Trata-se, portanto, de construir uma subjetividade que não designa ninguém em particular, porque ela não leva em conta os conflitos, as divisões, os dilemas nos quais os indivíduos são realmente tomados” (EHRENBERG, 2009, p. 200).

Dito de outra forma, essas terapias esboçam uma (falsa) noção de neutralidade das técnicas em relação ao social, ao passo que para elas o sofrimento surge da insuficiência do indivíduo em dar respostas adequadas ao funcionamento do sistema e não do funcionamento do sistema em si, fazendo com que a noção de conflito social ceda frente à intensificação das agitações internas, que se apresentam, sobretudo, a partir de uma associação do mal-estar com a improdutividade, a incapacidade para o trabalho ou a otimização das performances individuais. Nesse caso, são os custos sociais e produtivos do mal-estar e não a dimensão subjetiva que importa.

É por isso que assistimos, desde ao menos as últimas três décadas, às ciências médicas e cognitivas se dedicarem cada vez mais ao aprimoramento da performance dos indivíduos do que ao tratamento dos indivíduos em sofrimento. O que marca uma inversão patológica e epistemológica acerca do mal-estar, pois não se trata mais de cuidar do doente ou da doença, mas de melhorar o desempenho de quem não está plenamente funcional. A demanda por solucionar conflitos ou interditos que causariam o sofrimento, por conseguinte, é substituída por uma lógica que coloca o *déficit* como problema e a intensificação das performances como solução. É como se o termo doença nem fosse mais necessário, já que o que importa é otimizar o que já funciona (Ehrenberg, 2011 e 2016).

Safatle, Dunker e Junior (2021, p. 10) apontam, a esse respeito, que

há relações profundas entre os experimentos de engenharia social do neoliberalismo e a reconstrução das estruturas categoriais clínicas, reconstrução que se expressa (...) com a substituição da clínica tradicional, restrita ao tratamento de doenças, pela lógica do *enhancement*, que {busca} potencialização de performances no trabalho.

Encontramos nessa mudança um paralelismo importante entre as práticas clínicas e a razão do mercado, entre a ênfase na cognição e na performance e a extração de mais produção e mais gozo do próprio trabalho. Como lembra Safatle (2021, p. 35), “categorias clínicas não são “tipos naturais”, mas tecnologias de intervenção na estrutura psíquica a partir de valores”. Esses valores surgem aqui através de

uma íntima relação entre economia e ciência, entre a psiquiatria com seus saberes e o neoliberalismo com sua lógica de produção de tamponamentos para as fragilidades, inconsistências e precariedades humanas segundo o critério da produtividade máxima a todo momento (NEVES, et. al., 2021, p.163).

A noção de indivíduo-mercadoria ou de capital-humano emergem, assim, com força, reduzindo a existência a operações de troca ou de rentabilidade. Em ambos os casos, regido pela lei da valorização econômica, o indivíduo “se nutre da ilusão de que mais capital gera mais vida, que gera mais capacidade de viver” (HAN, 2019b, p. 107). Ele pressupõe que a economia e os arranjos econômicos oferecem referenciais superiores para sua vida e suas relações e que qualquer um que se coloque contra seu “desejo de riqueza” ou seu “desejo de buscar a riqueza” – os maiores e mais importante da sociedade neoliberal – é mal-informado ou mal-intencionado. Acredita, com isso, que empreendedorismo, competitividade, livre-mercado e livre-iniciativa são elementos essenciais para qualquer narrativa sobre a vida e a condição humana.

Considerações finais

Podemos dizer que a derrocada da sociedade disciplinar do capitalismo industrial, antecipada pela derrocada das sociedades tradicionais, guiadas pela lógica de desterritorialização de normas e valores embutida no movimento de expansão do capital, lógica da qual o neoliberalismo aparece como expressão privilegiada, acarretou em um modelo de individualidade ativa e empreendedora, que se caracteriza pela atomização do sujeito e por uma subjetivação excessiva da existência que desloca as obrigações da ação social para o âmbito privado, e, conseqüentemente, modifica as formas do mal-estar contemporâneo.

Bauman (1998) analisa que esse é o efeito colateral de um arranjo social que sugere não haver propriamente desejo irrealizável e que, por isso mesmo, põe em xeque a lógica psicanalítica de que certos impulsos são incompatíveis com a realidade exterior ou são impossíveis de serem concretizados, conforme o princípio de realidade. O mal-estar, então, não aparece mais como resultado da interdição externa ou de um superego rígido e dominador, mas do excesso de responsabilidade e eventual fracasso do sujeito autônomo de agir ante à realidade, de transformá-la de acordo com seus anseios, próprio de um processo de subjetivação em que a virtude só pode ser encontrada no indivíduo que se destaca por suas habilidades de produzir,

render, aperfeiçoar e otimizar as suas competências, cuja contrapartida é a sua fraqueza ou incompetência.

E o neoliberalismo se utiliza cada vez mais de termos culturais e morais para reforçar essas ideias ao tratar dos assuntos econômicos a partir de uma gramática específica sobre a gestão da subjetividade. A estratégia aqui é, sobretudo, impedir que as lutas sociais sejam “descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança” (SAFATLE, 2021, p. 22), fazendo com que os sujeitos “não se vejam mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados” (*Ibidem*). Isso tem um duplo efeito benéfico para o capital. Por um lado, libera a economia de qualquer entrave que uma organização coletiva pudesse colocar em seu caminho – sindicatos, partidos e associações coletivas tornam-se insignificantes ou, em última instância, são vistos como inimigos do empreendedorismo e da livre-iniciativa – e, por outro, intensifica o papel da visão empresarial para o campo privado, permitindo que “a empresa possa nascer no coração e na mente dos indivíduos” (*Ibidem*, p. 30). É quando o indivíduo internaliza essa crença e não vê alternativa à sua existência que não passe pela sua otimização e sua performance pessoal que podemos dizer que os ideólogos do neoliberalismo atingiram sua meta, pois conseguiram retirar do campo social a discussão e enfatizar que a culpa pelo sofrimento não é do sistema que lhe deu causa, mas do indivíduo que não sabe aproveitar as oportunidades que lhe aparece.

A culpa e a angústia aparecem, assim, associadas à inferioridade e à vergonha de “não fazer” ou de “não poder fazer” por meios próprios aquilo que se deseja. Dessa visão surgem os diversos dispositivos neoliberais – que vão do coaching à autoajuda, dos vídeos motivacionais a aplicativos digitais de administração do tempo, da medicina do trabalho ao suporte de psicofármacos, do imaginário empreendedor à publicidade – que buscam enfatizar que os indivíduos têm que se empenhar diuturnamente para não ceder à insuficiência de seus limites e para organizar suas vidas ou seus negócios de maneira a “dar conta” de suas demandas. Isso significa, segundo Safatle, Dunker e Junior (2021, p. 10), que “a forma de vida neoliberal descobriu que se pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento {e que se pode} encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco”. Ou seja, “o sofrimento não é mais um obstáculo para o desenvolvimento da indústria,

mas pode ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho” (DUNKER, 2021, p. 181).

Mas como isso é possível? Pela razão que o neoliberalismo age muito mais sobre nossa psique do que sobre nosso corpo. Sua lógica reprodutiva pressupõe “uma concepção de individualidade que coloca em cena um corpo mais reflexivo ou mais mental do que o das disciplinas, menos próximo da máquina que se opera ou do animal que se adestra” (EHRENBERG, 2001, p. 36). Os neoliberais perceberam, nesse sentido, que enquanto o corpo se esgota, a mente bem treinada e submetida à máxima pressão pode produzir cada vez mais. Manovich (1995, p. 6) notou essa tendência já nos anos 1980, quando constatou que “independentemente do percentual da força de trabalho que ainda possa se dedicar ao trabalho braçal, a sociedade não se preocupa mais em despender mais recursos intelectuais para aperfeiçoar os movimentos dos operários”, pois ela age através de “uma nova obsessão pela racionalização da mente” (tradução nossa).

No fundo, os neoliberais constataram que era preciso operar “uma mudança estrutural da mente” para a expansão e reprodução do capital desde a década de 80, pois seria impossível conceber adequadamente o gerenciamento de um mundo tão complexo de informações, tão interdependente, automatizado e global, sem que os indivíduos fossem capazes de realizar uma rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos, sem que houvesse, em outras palavras, um aumento significativo da eficácia e da eficiência das habilidades cognitivas em nome da superprodução e de formas específicas de gestão de si e dos outros, em que o excesso e não a falta é o que motiva a ação.

No entanto, ainda que recorramos a dispositivos de apoio – que nos prometem aumentar nossas capacidades, nos manter despertos, otimizar nossas tarefas e intensificar nossa disposição para enfrentar os desafios dessa nova forma de vida – a vida estimulante e aventureira que o projeto neoliberal promete não pode se realizar, ao menos sem sofrimento e angústia individuais. Há limites naturais, físicos e mentais, que precisamos respeitar se quisermos almejar uma existência equilibrada. A “vontade de ser” não pode se sobrepor à “capacidade de ser”. A existência entendida como potência individual é cansativa e extenuante. Viver cansado, estafado, não é uma opção viável. A pergunta que precisamos fazer, portanto, é: por que aceitamos viver de tal modo? E, sobretudo, a de saber se é possível a realização pessoal sem a presença do(s) outro(s) em nossas vidas, não como meio, mas como fim da própria vida.

Referências

- ANDERSON, P. “Balço do Neoliberalismo”. In: *Pós-neoliberalismo. As Políticas sociais e o Estado Democrático*. SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, D. P. “O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais”. In: *Sociedade e Estado*, 34(01), 2019, p. 211-239.
- ARENDT, H. *A condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rev. Adriano Correia. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAUMAN, Z. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Gama. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- BOLTANSKY, L.; CHIAPELLO, É. *O Novo Espírito do Capitalismo*. Trad. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- DUNKER, C. “A Hipótese Depressiva”. In: *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico*. SAFATLE, V.; SILVA Junior, N.; DUNKER, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2021, p. 177-212.
- EHRENBERG, A. “De la névrose à la dépression: Remarques sur quelques changements de l’individualité contemporaine”. Trad. Camilo Venturi. In: *ERES I, Figures de la psychanalyse*, no. 4, 2001, p. 25-41.
- _____. “Depressão, doença da autonomia? Entrevista a Michel Botbol”. Trad. Regina Herzog. In: *Ágora*, v. VII n. 1 jan/jun 2004, p. 143-153.
- _____. “O sujeito cerebral”. Trad. Marianna T. de Oliveira e Monah Winograd. In: *Revista Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v. 21, n.1, 2009, p.187-213.
- _____. “O Culto da Performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa”. Trad. Pedro F. Bendassoli. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Vol. 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 42ª edição. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.
- FRANCO, F. et. al. “O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo”. In: *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico*. SAFATLE, V.; SILVA Junior, N.; DUNKER, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2021, p. 47-76.

- FREUD, S. *O Mal-estar na civilização*. Trad. Paul César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Além do princípio do Prazer*. Obras Completas, vol. 14. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- _____. *Totem e Tabu*. Trad. Paul César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. *Além do princípio do Prazer*. Obras Completas, vol. 14. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- GAULEJAC, V. de; HANIQUE, F. *Le capitalisme paradoxant. Un système qui rend fou*. Paris: Seuil, 2015.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HALL, S. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu e Guacira Louro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HAN, B.C. *Psicopolítica – O Neoliberalismo e as novas Técnicas de Poder*. Trad. Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018a.
- _____. *O que é Poder?* Trad. Gabriel Salvini. Petrópolis: Editora Vozes, 2019a.
- _____. *Sociedade do Cansaço*. Trad. Ênio Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2019b.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 25ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IBARRA, D. “O neoliberalismo na América Latina”. In: *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 238-248, Junho 2011.
- IANNI, O. “Globalização e crise do Estado-Nação”. In: *Estudos de Sociologia*, 6 (1), 129-136, 1999.
- LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio: Ensaios sobre o Individualismo Contemporâneo*. Trad. Miguel S. Pereira e Ana Luísa Faria. 1ªed. Lisboa: Edições 70, 2013.
- LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. *Os Tempos Hipermodernos*. Trad. Mário Vilela. 1ªed. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- MANOVICH, L. *The Labor of Perception*. 1995. Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/the-labor-of-perception>.
- NEGRI, A.; HARDT, M. *Declaração! Isto não é um Manifesto*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- NEVES, A. et. al. “A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si”. In: *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico*. SAFATLE, V.; SILVA Junior, N.; DUNKER, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2021, p. 125-176.

- NEWMAN, J. e CLARKE, J. “Gerencialismo”. IN: *Educ. Real.* Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.
- ROSENMANN, M. R. “Neoliberalismo”. In: *Enciclopedia Latina*. São Paulo: Ed. Boi Tempo, 2015, disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/n/neoliberalismo>.
- SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico*, São Paulo: Autêntica, 2021.
- SAFATLE, V. “A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral”. In: *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico*. São Paulo: Autêntica, 2021, p. 17-46.
- SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Record, 2019.
- SILVA, D. P. et. al. “Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito e liberdade”. In: *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico*, São Paulo: Autêntica, 2021, p. 77-122.
- SILVEIRA, C. F., ROCHA, F. A; CARDOSO, R. E. “A ética da autenticidade na concepção multiculturalista de Charles Taylor”. In: *Revista Lex Humana*, v.4. n. 2, p.13-34.
- SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. “The Takeover Wave of the 1980s”. In: *New Series*, Vol. 249, No. 4970 (Aug. 17, 1990), p. 745-749. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2878074>.
- TAYLOR, C. *A Ética da Autenticidade*. Trad. Talyta Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2011.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. Pietro Nassitti, São Paulo: Martin Claret, 2006.

Email: abraod@ifsp.edu.br
Email: reinaldof@ffclrp.usp.br

Recebido: 11/2023
Aprovado: 11/2024